



A ÓTICA IMPERIALISTA NO LIVRO *AMAZÔNIA: NATUREZA, HOMEM E TEMPO* DE LEANDRO TOCANTINS

William Silvio do Nascimento

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: apocalipsedesojoo@gmail.com

Sônia Maria Gomes Sampaio

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: soniagomesampaio@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisou a presença e a reprodução da ótica imperialista de superioridade europeia e inferioridade indígena no livro *Amazônia: natureza, homem e tempo* do escritor paraense Leandro Tocantins. A pesquisa teve por objetivos identificar e analisar as expressões de linguagem empregadas no tocante ao indígena amazônida, bem como o seu papel na construção sociocultural da Amazônia atribuído pelo autor, ante a presença e atuação dos europeus. O presente artigo foi embasado na corrente teórica dos estudos pós-coloniais, sendo as maiores referências os autores Edward Said, Stuart Hall, Frantz Fanon, Enrique Dussel e Aníbal Quijano, com uso dos conceitos de *encobrimento do outro* e *colonialidade do poder*. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de cunho essencialmente bibliográfico e qualitativo no campo da literatura, história e sociologia, compreendendo o livro base, objeto da pesquisa como sendo uma obra literária, dotada de certa autonomia ante o autor, leitor e sociedade em que se insere, mas intrinsecamente ligada ao contexto histórico que aborda, do qual não se desvencilha. Através dessa pesquisa foi possível identificar a presença e a reprodução do preconceito e do eurocentrismo, da ótica e da lógica imperialista colonizadora, na obra do escritor e intelectual amazônida Leandro Tocantins.

Palavras-chave: Amazônia – Indígena – Imperialismo – Leandro Tocantins.

ABSTRACT

This article analyzed the presence and reproduction of the imperialist view of European superiority and indigenous inferiority in the book *Amazonia: natureza, homem e tempo* of the writer from Pará Leandro Tocantins. The objective of the research was to identify and analyze the language expressions used in relation to the indigenous Amazonian, as well as their role in the socio-cultural construction of the Amazon, attributed by the author, before the presence and performance of Europeans. The present article was based on the theoretical current of postcolonial studies, with the most references being Edward Said, Stuart Hall, Frantz Fanon, Enrique Dussel and Aníbal Quijano, using the concepts of cover-up of the other and coloniality of power. It is, therefore, a research of an essentially bibliographic and qualitative nature in the field of literature, history and sociology, comprising the base book, object of the research as a literary work, endowed with a certain autonomy before the author, reader and society in which is inserted, but intrinsically linked to the historical context it addresses, from which it does not released. Through this research it was possible to identify the presence and reproduction of prejudice and Eurocentrism, from the optics and the colonialist imperialist logic, in the work of the Amazonian writer and intellectual Leandro Tocantins.

Keywords: Amazon - Indigenous - Imperialism - Leandro Tocantins.

INTRODUÇÃO

Leandro Góes Tocantins (1929-2004) foi um intelectual amazônida natural da cidade de Belém, estado do Pará. Servidor público federal, dedicou grande parte de sua vida à atividade de escritor, tanto na área de História quanto Literatura. Em sua carreira de escritor foi agraciado pela Academia Brasileira de Letras com o Prêmio Joaquim Nabuco de História Social e o Prêmio Olavo Bilac de Poesia.

No ano de 1960 Tocantins publicou o livro *Amazônia: Natureza, Homem e Tempo*. Nesta obra em particular, o autor persegue um ideal de história ecológica, perpassada necessariamente por aspectos sociais, econômicos e culturais que se interpenetram em fluxos constantes. Sua narrativa toca as raias do filosófico e poético – uma verdadeira epopeia homérica:

Este ensaio é uma tentativa de interpretação histórica da Amazônia sob aspecto um tanto quanto ecológico. O assunto que se pretende desenvolver em sua trilogia *Natureza, Homem e Tempo*, já em si reclama exame de fatos inter-relacionados com os homens, o solo, as plantas, os animais e a História. (TOCANTINS, 1982, xvii).

Em sua escrita, na busca por alcançar seus objetivos, ao desenvolver os primeiros capítulos da obra, percebe-se o *locus* imperialista de observação do autor quanto à relação das sociedades dos homens entre si, bem como entre os homens e a natureza, nos primeiros tempos, nos idos da conquista e colonização – reforçando o dispositivo discursivo relativo à época heroica anterior e ao mesmo tempo fundador do Estado-nação Brasil e da identidade nacional forçadamente unificada (HALL, 2014, p. 36).

O presente artigo aborda justamente a presença e reprodução da ótica imperialista sobre a Amazônia e o amazônida, em particular a mulher indígena, na construção narrativa histórico-sociológica de Leandro Tocantins. Para tanto, a compreensão do que se entende por imperialismo – conceito atrelado intrinsecamente ao de colonialismo – é basilar para as análises desenvolvidas, assim, adota-se o conceito definido a partir da linha teórica dos estudos pós-coloniais e decoloniais.

A definição de imperialismo e seus desdobramentos torna-se por vezes um terreno escorregadio, de acordo com Raymond Williams (1921-1988) – acadêmico e crítico galês da corrente dos estudos culturais – tomar o imperialismo como “um sistema político no qual as colônias são governadas a partir de um centro imperial” significa que o fim do imperialismo ocorre com as independências das ex-colônias; porém, compreender o imperialismo como “um sistema econômico de investimento externo e de penetração e controle de mercados e fontes de matérias-primas, as mudanças políticas no status das colônias ou das ex-colônias não afetará muito a descrição do sistema econômico vigente como imperialista” (WILLIAMS, 2007, p. 221).

Edward Said (1935-2003) – intelectual palestino-estadunidense, crítico literário e ativista da causa palestina no conflito Palestina-Israel, da corrente teórica dos Estudos Pós-coloniais – define imperialismo de forma similar a Raymond Williams, afirmando que o termo imperialismo designa “a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante”, contudo, amplia a carga conceitual do termo para além do viés político e econômico afirmando que “o imperialismo, como veremos, sobrevive onde sempre existiu, numa espécie de esfera

cultural geral, bem como em determinadas práticas políticas, ideológicas, econômicas e sociais” (SAID, 2011, pp. 42-43).

É justamente na esfera cultural do imperialismo que se insere esta pesquisa. Fundamenta-se na hipótese de que o livro *Amazônia: natureza, homem e tempo* de Leandro Tocantins, de cunho histórico e sociológico, perpetua a ótica imperialista de domínio eurocêntrico, de uma classificação e estratificação etnorracial e de gênero fundados no período da conquista e colonização da Amazônia.

1 A ÓTICA IMPERIALISTA

1.1 Ambiguidade em Leandro Tocantins

Adotando um posicionamento ambíguo, ora denuncia as atrocidades da conquista e colonização, ora se posiciona como colonizador e preconceituoso construindo um discurso eivado da ótica eurocêntrica da colonialidade do poder (QUIJANO, 2009, pp. 73-74), na qual a artificialidade de uma classificação etnorracial impõe uma hierarquização hegemônica eurocentrada do tipo branco, católico e mercantil-capitalista – o herói de sua epopeia –, em relação aos outros não europeus.

Percebe-se a ambiguidade no discurso de Tocantins, por exemplo, ao afirmar que “os índios ensinaram aos civilizados que dos colossais troncos do buritizeiro armam-se canoas para o deslize nos rios” (TOCANTINS, 1982, p. 9), mesmo afirmando que os indígenas possuíam conhecimentos e habilidades para sobrevivência na Amazônia, o que de certa forma aparenta um tom irônico no vocábulo “civilizados”, mais adiante fica claro, porém, que para Tocantins há de fato uma oposição binária e categórica entre o “índio” e o “civilizado”:

Entretanto, a terra precisava ser conquistada ao gentio agressivo. Era necessário organizar, integrar e dirigir as energias do homem branco, associadas ao homem indígena, no sentido da formação de uma sociedade apta a manter a posse da terra, e dela tirar os recursos para a sua permanência efetiva. As medidas administrativas da metrópole, nesse sentido, começaram, a bem dizer, pelo velho sistema feudal já adotado no sul do Brasil, de divisão em capitanias hereditárias. (TOCANTINS, 1982, p. 11).

Tocantins representa o indígena como “gentio agressivo”, denotando veementemente que o indígena defendendo suas terras, sua cultura, sua religião, seus valores, seu *ethos*, não passava de gentio – estrangeiro, portanto, expatriado em suas próprias terras, não batizado cristão católico, pagão – agressivo – devendo submeter-se ao jugo da escravidão docilmente. As terras historicamente povoadas pelas inúmeras nações indígenas deveriam necessariamente, como que por direito divino ou natural, ser conquistadas a ferro e sangue pelo europeu, denotando que as terras nas mãos do gentio agressivo eram improdutivas, construindo, assim, um raciocínio/lógica claramente europeu mercantil-capitalista.

1.2 A colonialidade do poder

Tratando da composição étnica no processo de conquista e povoamento da Amazônia, Tocantins distingue e naturaliza dois grupos identitários: os indígenas, os brancos europeus. Assim, o autor categoriza as quatro bases em que, em sua interpretação, se assentou a formação da vida social na Amazônia: o índio como elemento de produtividade; o branco português como elemento orientador e civilizador do estado; novamente o branco português, mas no papel de procriador; por fim, os missionários, também branco português, imprimindo uma organização social estável (TOCANTINS, 1982, p. 21). Discurso eivado das características próprias da colonialidade do poder:

A colonialidade do poder é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder (...). No decurso da evolução dessas características do poder actual (sic) foram-se configurando novas identidades societais da colonialidade – *índios, negros, azeitonados, amarelos, brancos, mestiços*”. (QUIJANO, 2009, pp. 73-74)

Na escrita de Leandro Tocantins destacam-se expressões como “índio civilizado” e “escravos” (TOCANTINS, 1982, p. 13); enquanto na primeira expressão denota-se a conformidade com o assombroso processo civilizador, colonizador e imperialista europeu, o qual carrega a carga semântica contrastante à selvageria e

barbarismo (WILLIAMS, 2007, p. 85), a segunda expressão não denota conformidade por parte de Leandro Tocantins, mas naturaliza a selvageria e o barbarismo do colonialismo europeu ao não tratar do tema da escravatura com a postura crítica que se faz necessária.

Leandro Tocantins afirma que “o elemento negro, que proveio, em maior parte, dos portos africanos Cacheu e Bissau, e de algumas capitâneas do Brasil, não chegou a preponderar culturalmente em nenhum ponto da Amazônia” (TOCANTINS, 1982, p. 13), reduzindo, assim, a quase zero o papel dos africanos e seus descendentes na construção cultural das sociedades amazônicas, silenciando e apagando inúmeros núcleos de predominância negra como, por exemplo, o vale do rio Guaporé, no século XVIII, no atual estado de Rondônia (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p. 76).

O tipo branco, europeu, católico, mercantil-capitalista está no topo da pirâmide hierárquica – o herói com protagonismo inquestionável; o indígena, gentio agressivo, aparece como a grande massa, a base trabalhadora e sustentadora do sistema extrativista na Amazônia, quer seja “civilizado” ou “escravo”; sendo os povos negros totalmente desconsiderados na Amazônia de Tocantins. Discurso que, no tocante aos indígenas e negros, evidencia o violento processo de encobrimento do não europeu (DUSSEL, 1993, p. 8), criando estereótipos caricatos, de subserviência, pedante, selvagem, agressivo, justificando a exploração, e/ou negando-lhes existência.

Ao descrever o processo e os objetivos da “civilização” do indígena, Tocantins destaca o papel central dos missionários, bem como desenvolve a linha de raciocínio mercantil-capitalista da introdução do indígena no processo de produção e reprodução de bens e serviços que serviam ao Estado português no jogo hegemônico comercial do mercado europeu:

O concurso que o missionário deu à colonização regional está registrado na História como dos mais importantes. Principalmente pela obra de catequização do gentio, pois era impossível qualquer empresa social sem antes romper a barreira considerável da massa humana dos nativos. Vencê-los por métodos suasórios e trazer o seu concurso para ativar a agricultura, os transportes (remeiros), os trabalhos urbanos, e, finalmente, agrupá-los nas aldeias, células do povoamento regional, de onde nasceram quase todas as cidades-sedes dos municípios atuais.

O trabalho missionário está tão intimamente ligado ao processo social e econômico regional, que ninguém poderá reconstituir os fatos da História amazônica, ou tentar uma interpretação sociológica, sem levar em conta os

aldeamentos (sic) indígenas, a catequese dos religiosos, as formas que estes puseram em prática para atingir uma produção econômica vantajosa aos serviços e fins da Ordem, e, ao mesmo tempo, aos interesses políticos da metrópole de manter soberania efetiva sobre o território. (TOCANTINS, 1982, p. 15).

Mesmo criticando o posicionamento dos colonos e dos religiosos na exploração da mão de obra indígena, Leandro Tocantins afirma um “imperativo de ordem econômica” à escravatura indígena, como sendo um mal necessário e inevitável. Tal posicionamento se assemelha ao do romancista polaco-britânico Joseph Conrad (1857-1924), como bem o analisa Edward Said:

A limitação trágica de Conrad é que, mesmo podendo enxergar com clareza que o imperialismo, em certo nível, consistia essencialmente em pura dominação e ocupação de territórios, ele não conseguia concluir que o imperialismo teria de terminar para que os “nativos” pudessem ter uma vida livre da dominação europeia. Como indivíduo de seu tempo, Conrad não podia admitir a liberdade para os nativos, apesar de suas sérias críticas ao imperialismo que os escravizava. (SAID, 2011, p. 72).

Quanto à contribuição indígena para a formação das sociedades amazônicas, Leandro Tocantins destaca a importância da “contribuição cultural do índio amazônico nos hábitos, na culinária, nos processos econômicos (...)”, processos descritos como sendo “as técnicas especiais para pescar, para remar, para caçar, para coletar os produtos florestais, para fazer roçado (...)” (TOCANTINS, 1982, p. 19), reafirmando a tese da contribuição subsidiária cultural indígena, relegado à cozinha com sua culinária e usos da flora, e na maior parte do tempo na floresta ou nos rios, longe da casa do colonizador, no trabalho. Tocantins afirma que a mão de obra indígena era a “único meio de lograr êxito no esforço colonizador” (TOCANTINS, 1982, p. 26), prosseguindo nos seguintes termos:

Tão importante era o braço cativo que, afinal, colonos e religiosos terminaram fazendo causa comum na questão escravagista. (...) Pelo que se vê, a escravatura vermelha, foi um imperativo de ordem econômica, muito mais agudo na Amazônia do que em outras regiões brasileiras. (TOCANTINS, 1982, p. 31).

1.3 A subjugação da mulher indígena

Na abordagem dos relacionamentos sexuais entre os homens europeus e as mulheres indígenas, Leandro Tocantins mantém uma fala que se posiciona preponderantemente imperialista/colonialista, preconceituosa e sexista; inicialmente, vilipendia os homens indígenas quanto aos hábitos e aptidões sexuais como sendo aquém das necessidades das mulheres indígenas, as quais seriam altamente acometidas da “luxúria”, que se realizam sexualmente apenas com os homens brancos europeus, possuidores naturalmente de um “instinto femeeiro”:

Importante a considerar é o intercuro sexual entre o português e a índia amazônica, em que o instinto femeeiro do branco, o seu sadismo, unidos ao masoquismo, por assim dizer, da mulher indígena, concorreram para o progresso da mescla, enriquecendo a paisagem étnica regional. (TOCANTINS, 1982, p. 19).

O autor continua a tratar do tema nos seguintes termos:

Ocorria na Amazônia, quase idêntico processo de miscigenação operado em outras regiões brasileiras. E com maior intensidade em relação à índia, porque o pequeno número de negros concorreu para centralizar a luxúria do português no produto da terra, havendo, ainda, severa legislação proibitiva das relações entre pretos e brancos. A receptividade da indígena amazônica, nesse particular, não ficou atrás da de seus parentes Tupinambás, no Nordeste brasileiro, onde Gabriel Soares de Sousa surpreendeu-os “tão luxuriosos que não há pecado de luxúria que não cometam”. (TOCANTINS, 1982, p. 20).

Mencionando “um caso típico”, o autor afirma que a experiência de um casamento cristão de uma mulher indígena com “um homem de sua raça não a satisfaz”, que após o falecimento do esposo, Maria Moaçara, recusou pretendentes de sua taba, escolhendo para casar “um português de boa cepa”. Acrescenta que “não se trata de caso isolado na região amazônica. Ao contrário, pode-se generalizá-lo com toda a segurança, esse do sexualismo excessivo da índia” (TOCANTINS, 1982, p. 20). Concluindo esse tópico o autor afirma que:

Todos os cronistas observaram a índia doida por um corpo de homem branco para se esfregar, preferência a que, em geral os sociólogos emprestam motivos priápicos. Gilberto Freyre comenta que Paulo Prado, no seu livro

Retrato do Brasil, “foi surpreender o severo Varnhagem insinuando que, por sua vez, a mulher indígena, mais sexual que o homem como em todos os povos primitivos... em seus amores dava preferência ao europeu, talvez por considerações priápicas”. (TOCANTINS, 1982, pp. 20-21).

Contrariando o posicionamento de Leandro Tocantins, mesmo não sendo interlocutores, Frantz Fanon (1925-1961) – psiquiatra e ativista franco-martinicano, sendo seus livros uma das bases epistemológicas da corrente teórica dos estudos pós-coloniais – analisa, diagnostica e descreve acertadamente a condição das mulheres e homens negros colonizados – espaço em que claramente se incluem os indígenas amazônidas em seu caráter de povo colonizado – afirmando haver em seu psiquismo uma “inibição do ego”, um “sentimento de inferioridade” no qual a mulher busca a qualquer custo, de “caráter compulsivo”, embranquecer a raça, para ganhar algum valor, semelhante ao “comportamento fóbico”:

Compreendemos agora porque o negro não pode se satisfazer no seu isolamento. Para ele só existe uma porta de saída, que dá no mundo branco. Donde a preocupação permanente em atrair a atenção do branco, esse desejo de ser poderoso como o branco, essa vontade determinada de adquirir as propriedades de revestimento, isto é, a parte do ser e do ter que entra na constituição de um ego. Como dizíamos há pouco, é pelo seu interior que o negro vai tentar alcançar o santuário branco. A atitude revela a intenção. (FANON, 2008, p. 60).

Leandro Tocantins constrói um discurso que evidencia a predominância de seu posicionamento imperialista, colonizador e preconceituoso, ao representar a mulher indígena e seu povo como primitivos, bem como atribui à mulher indígena o masoquismo, desejo sexual desenfreado, todas as luxúrias imagináveis, destacando uma preferência pelo tipo europeu por questões de tamanho do órgão e apetite sexual – considerações priápicas.

Deslocando a mulher indígena de sua realidade sociocultural, principalmente de sua condição de mulher colonizada, para a lógica da moralidade e racionalidade europeia, Tocantins perpetua a ótica imperial-colonialista, pois o colonizador é aquele que “fez e continua a fazer o colonizado” (FANON, 1968, p. 26), o colonizador é aquele autorizado que cria e representa o colonizado, não apenas invadindo e desconstruindo o passado do colonizado, mas estereotipando seu presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando-se como exemplo o relato de tradição judaico-cristã do Êxodo, percebe-se claramente que Moisés conseguiu retirar os israelitas do Egito, mas não conseguiu tirar o Egito de dentro dos Israelitas. Por vezes se rebelaram, duvidaram e se queixaram de serem livres, de ter a responsabilidade de suas vidas em suas próprias mãos – representada pelo destino à sua frente, o grande deserto da vida para atravessar e conquistar seus objetivos, Canaã. Toda a geração dos adultos que saíra do Egito morreu sem alcançar esperança, confiança e autonomia. Nosso erro, contudo, é culpá-los por sua postura de subserviência. Esquecemo-nos que a experiência da servidão é profunda demais. Todo povo que vivenciou a experiência do colonialismo possui um caráter semelhante.

O marco da independência política do Estado-nação Brasil é a data de 07.09.1822, há quase 200 anos, contudo, o povo brasileiro permanece um povo colonizado, com um *ethos* de subordinação ante a postura imperialista europeia e estadunidense, em grande parte motivado pelos intelectuais brasileiros. A História, a Sociologia, a Literatura, permanecem, em sua maioria, eurocentradas, tendo como interlocutores os outros e não o si mesmo, discursos *sobre* os brasileiros e não *para* os brasileiros.

Leandro Góes Tocantins encontra-se na posição de intelectual brasileiro colonizado mimetista, que escreve uma história que poderíamos denominar de continuísta, pois a história nacional, e sua história da Amazônia, é na realidade a continuação da história do europeu português. O assombroso processo colonial é posto como uma das fases da História de Portugal na América, não o percebe como ruptura da História das nações indígenas com a chegada dos portugueses, menos ainda como ruptura da História dos africanos escravizados, expropriados de suas nações e de si mesmos.

O livro *Amazônia: natureza, homem e tempo* evidencia e perpetua a ótica imperialista eurocêntrica em pleno século XX no Brasil, especificamente na Amazônia brasileira. Ótica esta que escalona e estereotipa etnias, bem como as torna

subalternas ao europeu, que barbariza e encobre o outro não europeu, que demoniza e estigmatiza de forma particularizada as mulheres indígenas colonizadas.

REFERÊNCIAS

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1968.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

QUIRJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almeida. AS, 2009.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História regional: Rondônia**. 2 ed. Porto Velho: Rondoniana, 2001.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: natureza, homem e tempo**. 2 ed. ver. e aum. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. – São Paulo: Boitempo, 2007.